

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS  
DE ASSESSORIA JURÍDICA**

**Contrato nº 001**

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços técnicos especializados de Assessoria Jurídica, de um lado CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS - 20ª REGIÃO MT, pessoa jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira, inscrito no CGC/MF sob nº. 00.89.350/0001-01, com sede na Rua Batista das Neves, nº. 22, Ed. Comodoro, 3º andar, Sala 303, Centro, Cuiabá/MT, CEP: 78.005-190, neste ato representado por sua Conselheira Presidente **Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim**, inscrita no CRESS sob nº 1711, portadora da Carteira de Identidade RG nº [REDACTED] - SSP/PM e CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliada na Rua [REDACTED] Apto. [REDACTED] e por sua Conselheira Tesoureira, **Renata de Paula Teixeira**, inscrita no CRESS sob nº 3950, portadora da Carteira de Identidade RG nº [REDACTED] - SSP/MT e CPF/MF nº [REDACTED], residente e domiciliada na Av. A Condomínio Alvorada Torre A Apto 1405 - Terra Nova doravante designado contratante ou CRESS, e de outro lado, **Ferreira Mendes Advogados Associados**, inscrito no CNPJ/MF sob nº [REDACTED], com sede na Rua dos Miosótis nº 742, Jardim Cuiabá, CEP. 78043-116, neste ato representado/a por seu/a representante legal, Sr/a **Juliana Zafino Isidoro Ferreira Mendes**, inscrita na Ordem dos Advogados, sob nº 12.794-B, portadora da Carteira de Identidade RG nº [REDACTED] - SSP/GO e CPF/MF sob nº [REDACTED], residente e domiciliada na Rua dos Miosótis nº 742, Jardim Cuiabá, CEP. 78043-116, doravante denominada contratada.

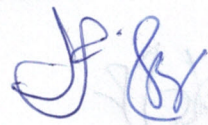
**FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

**Cláusula 1ª** - O presente Contrato é firmado com amparo no resultado da licitação que se processou pelo CRESSMT Edital n. 02/2018 Modalidade Tomada de Preços - tipo Técnica e Preço n. 003/2018 em que se sagrou vencedor o Contratado.

**Parágrafo único:** - Vinculam-se ao presente Contrato a proposta técnica e de preços apresentada pelo contratado, as quais ficam fazendo parte dele integrante.

**DO OBJETO DO CONTRATO**

**Cláusula 2ª** - O Contrato tem por objeto Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Jurídica por advogados membros de Sociedade Civil de Advogados, de interesse do **CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 20ª REGIÃO/MT**, abrangendo dentre outras que o CRESS-MT demandar as esferas administrativas e judiciais trabalhistas, cíveis, administrativas, tributárias, de recuperação de





créditos, além das ações ingressadas contra o CRESS/MT em todas as suas instâncias, órgãos e Tribunais, competindo ao Contratado prestar os seguintes serviços jurídicos:

- a) Análise e emissão de pareceres jurídicos nos assuntos enviados para sua apreciação, avaliando as implicações legais e possíveis desdobramentos;
- b) Organização e/ou execução de tarefas relacionadas com a consultoria e assessoria jurídica do Conselho;
- c) Emissão de pareceres jurídicos referente a interpretação de toda e qualquer legislação no âmbito federal, estadual e municipal e em especial às questões ligadas ao Serviço Social;
- d) Pareceres jurídicos quanto à interpretação de Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, Código de Ética Profissional do Assistente Social, Código Processual de Ética, Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, Regimento Internos e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie;
- e) Emissão de pareceres quanto à legalidade, competência e constitucionalidade das leis e atos do Poder Público;
- f) Acompanhamento e assessoria de processos éticos disciplinares envolvendo profissional integrante ou inscrito no conselho contratante, até decisão final do processo;
- g) Assessoria jurídica e acompanhamento pessoal de um responsável técnico quando em viagens e/ou reuniões do conselho contratante a nível regional e federal sempre com emissão de nota/manifestação jurídica, inclusive após as 18h00h00 horas e em finais de semana;
- h) Orientação jurídica para os setores, Comissões Internas e de Instrução de Processos e a Conselheiros/as do CRESS/MT;
- i) Organização e/ou execução de tarefas relacionadas com o ingresso de ações judiciais, bem como defesa dos interesses do Conselho contratante em processos judiciais na área empresarial, seja ela municipal, estadual ou federal e envolvendo matérias cíveis, trabalhistas, penais, administrativas, de recuperação de crédito, bem como em outras matérias de interesse do CRESS/MT e ainda, incluindo realização de audiências e interposição de recursos até última instância;
- j) Organização e/ou execução, de tarefas relacionadas com a representação do Conselho contratante nas esferas administrativas e judiciárias tanto na fase extrajudicial quanto na contenciosa, devendo para tanto a CONTRATADA se responsabilizar pelo cumprimento de todos os prazos processuais e extrajudiciais que se encontram sob seu patrocínio; k) Ajuizamento e acompanhamento até última instância de ações de recuperação de créditos promovida pelo CRESS-MT em face dos seus inscritos inadimplentes e com geração de boletos de custas/depósitos judiciais, dentre outros;



- l) Organização e/ou execução de tarefas relacionadas com o acompanhamento e controle de ações judiciais e online, bem como de processos administrativos de interesse do Conselho contratante;
- m) Participação, acompanhamento e assessoramento ao contratante em reuniões, para discussão de assuntos pertinentes à ética, fiscalização e outras questões a serem levantadas mesmo quando realizadas após as 18h00h00 horas ou aos sábados, em sessões extraordinárias marcadas pela Diretoria e Conselho Pleno em horários noturnos e nos finais de semana, desde que comunicado e/ou convocado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. Ressalva: o prazo de convocação estará dispensado quando houver situações de emergência que demandarão da presença da sociedade contratada para consultoria na tomada de decisões pelo CRESS/MT e/ou ingresso de medida judicial de urgência;
- n) Apresentação de relatório mensal circunstanciado e atualizado sistematicamente sobre o andamento/fases dos processos éticos, administrativos, de execução fiscal e judiciais, dentre outros, bem como de manifestações jurídicas quando solicitado, cujo prazo para atendimento à solicitação será de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento desta;
- o) Execução de outras atividades inerentes à assessoria/consultoria jurídica que decorram do presente Contrato ainda que não estejam expressas neste instrumento, porém, que decorram da necessidade da contratante mesmo que agendadas após as 18h00h00 e nos finais de semana;
- p) Elaboração de minutas de contratos, editais, portarias e demais atos a viabilizar a atuação do CRESS/MT administrativamente, extrajudicialmente ou após ingresso na fase contenciosa;
- q) Participação em Comissões de Sindicância sempre que convocado;
- r) Prestar informações de forma clara e adequada a Contratante quando solicitado, principalmente, quando envolver o cumprimento dos prazos e quais providências foram tomadas.
- s) Assessoria e acompanhamento a processos licitatórios e ao cumprimento da Lei de Licitações;
- t) Assessoria e acompanhamento as negociações anuais do Acordo Coletivo dos trabalhadores (funcionários) do CRESS/MT.
- u) Responder e-mails em sua matéria, conforme a necessidade;
- v) Assessoria e acompanhamento das contratações e ou do/s concursos públicos do Órgão;



- w) Digitação e conferência de todas as atas de audiências e julgamentos de processos éticos, sindicâncias e atas das sessões de licitações;
- x) Cumprimento de um plantão mensal na sede do Conselho para tratar de assuntos gerais que perpassam pelo âmbito jurídico, com cronograma a definir conjuntamente;
- y) Realizar capacitação à Comissão Permanente de Licitações referente a Lei 8666/93, demais legislações pertinentes, orientações das normativas do TCU, formas de contratações, quando solicitado;
- z) Participar de reuniões para o estabelecimento de fluxos relativos às normatizações e resoluções do CFESS, visando melhor aprimoramento do trabalho dos setores e comissões Internas do Órgão em interface com o jurídico, quando convocado, bem como, participar de reuniões de Diretoria/Plenos, comissões internas, assembleias e outros eventos, quando convocado.

Parágrafo único: Sem prejuízo das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA ora relacionadas, a CONTRATANTE reserva o direito de contratar serviços jurídicos especializados quando necessário e quando existir risco à atividade do CRESS/MT.

## **DO VALOR CONTRATUAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Cláusula 3ª** – O valor total do Contrato é estipulado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais totalizando R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) anual, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias constantes em rubrica específica.

**Parágrafo único:** Os valores contratados são fixos e irredutíveis durante o período de vigência do Contrato.

**Cláusula 4ª** - Neste contrato, os termos e expressões terão a intenção e o significado adiante definidos:

**DOCUMENTAÇÃO** - Documentos que, formando um todo único e indissociável, definem e explicam todas as especificações e condições a serem observadas na execução dos serviços.

Incluem os seguintes documentos:

- **PARTE 1** - Autorização de Serviço

- **PARTE 2** - Lista de Preços

- **PARTE 3** - Termo de Adesão

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** - Todos os serviços a serem executados de acordo com a Documentação, objeto deste Contrato.

**ÁREA USUÁRIA** - Área responsável pela administração deste Contrato/Comissão Gestão de Contratos.



## CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E DO LOCAL DOS SERVIÇOS

Cláusula 5ª - Ao aceitar estas condições, o(a) CONTRATADA(O) declara que tomou pleno conhecimento do objeto da presente Contrato.

**Parágrafo único:** Não será considerada pelo CRESS qualquer reclamação ou reivindicação por parte da(o) CONTRATADA(O) fundamentada(o) na falta de conhecimento das condições ajustadas.

### PRAZO

Cláusula 6ª - O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que ambas as partes manifestem sua concordância, de acordo com o parágrafo 1º, do art. 57, da Lei n.º 8.666/93.

Cláusula 7ª - A recusa injustificada na assinatura do presente Contrato, hipótese prevista no art. 81, da Lei n.º 8.666/93, sujeita a(o) CONTRATADA(O), no que couber, às penalidades do art. 87 da mesma lei.

Cláusula 8ª - A(O) CONTRATADA(O) notificará o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, por escrito, sobre a causa de qualquer atraso, dentro de 5(cinco) dias corridos do início do mesmo.

Cláusula 9ª - Ao receber tal notificação da(o) CONTRATADA(O), o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS apreciará os fundamentos de fato e de direito, em especial os documentos comprobatórios do evento e a extensão do atraso, decidindo quanto à aceitabilidade das justificativas apresentadas, notificando a(o) CONTRATADA(O) por escrito, sobre sua decisão e alterações a serem feitas no Contrato, se for o caso, para autorizar ou não a prorrogação de prazo, necessária para o cumprimento do Contrato.

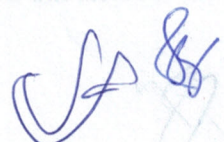
### PREÇOS

Cláusula 10ª - Os preços estabelecidos são firmes e irrevogáveis.

Cláusula 11ª - É vedado à(o) CONTRATADA(O) pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatadas em sua proposta.

### MULTAS

Cláusula 12ª - Caso a(o) CONTRATADA(O), ressalvados os casos fortuitos e de força maior definidos na legislação civil desde que devidamente comprovados e aceitos pelo CONTRATANTE, não cumpra com qualquer um dos dispositivos contratuais e exigências, ficará sujeita ao pagamento de multa diária correspondente a 1% (um por cento) do valor do faturamento do mês em curso, não capitalizável, até o cumprimento das referidas exigências, contados da data do recebimento da comunicação, em caso de primeira falta. Tal multa será comunicada através de notificação à(o) CONTRATADA(O).





Cláusula 13ª - Caso haja reincidência, a multa diária elevar-se-á para 2% (dois por cento) do valor do faturamento do mês em curso, igualmente não capitalizável.

Cláusula 14ª - A multa a que se referem os subitens 1 e 2 deste Item, será aplicada mensalmente, deduzindo-se dos créditos a serem pagos à(o) CONTRATADA(O) a soma dos valores referentes a multas.

Cláusula 15ª - Caso por motivo de sua responsabilidade a(o) CONTRATADA(O) não possa concluir o serviço de acordo com as condições contratuais estabelecidas, estará sujeita a uma multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do serviço.

## PAGAMENTOS

Cláusula 16ª - Os pagamentos serão efetuados mensalmente em até décimo dia do mês corrente após a apresentação da nota fiscal.

Cláusula 17ª - Para a realização dos pagamentos relativos ao cumprimento dos eventos contratuais desta contratação, é necessário que as **provas de regularidade perante o INSS e FGTS**, estejam válidos na data do pagamento da parcela contratual. Para tanto, a(o) CONTRATADA(O) deverá anexar aos documentos de cobrança, cópia das respectivas certidões que comprovem a situação desta regularidade.

Cláusula 18ª - A não apresentação no prazo acima importa na prorrogação do vencimento por período equivalente ao atraso.

Cláusula 19ª - Para se habilitar ao recebimento do valor do faturamento mensal, a(o) CONTRATADA(O) deverá apresentar 01 (uma) via do documento de cobrança, acompanhada de uma cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e FGTS, quitadas, mais relatório das atividades desenvolvidas e relatório processual atualizado, diretamente ao órgão gestor do Contrato, na sede do CRESS.

Cláusula 20ª - As guias de recolhimento do INSS e FGTS deverão ser do mês anterior ao do faturamento em curso.

Cláusula 21ª - No caso de primeiro faturamento fica dispensada a apresentação destas guias junto com o documento de cobrança correspondente. No caso de último faturamento deverão ser apresentadas as guias de recolhimento do mês anterior juntamente com as do mês em curso.

Cláusula 22ª - A não apresentação de cópia autenticada, das guias de recolhimento do INSS e/ou FGTS do mês anterior ao do faturamento, implicará na retenção do crédito, até o cumprimento deste dispositivo contratual.

Cláusula 23ª - No caso de último faturamento, a não apresentação das guias de recolhimento do INSS e FGTS do mês em curso, implicará na retenção de 30% (trinta por cento) do crédito, até o cumprimento deste dispositivo contratual.



Cláusula 24ª - O prazo para processamento de pagamento do crédito retido será de 15 (quinze) dias a contar da apresentação dos documentos faltantes no órgão gestor do contrato.

Cláusula 25ª - As guias de recolhimento deverão conter o número do instrumento contratual, colocado como observação.

Cláusula 26ª - A aprovação do documento de cobrança e conseqüente liberação do pagamento pelo órgão financeiro estará condicionada a aprovação das guias pelo órgão gestor do contrato.

Cláusula 27ª - O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da(o) CONTRATADA(O) e as multas previstas no presente contrato.

Cláusula 28ª - Em caso de não cumprimento pela(o) CONTRATADA(O) de disposição contratual, devidamente comprovado e comunicado por escrito pelo CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 11.ª REGIÃO/PR, os pagamentos posteriores poderão, a critério desta, ficar retidos até solução final sem prejuízo de quaisquer outras disposições contratuais.

#### **ENCARGOS DO CONTRATADO**

Cláusula 29ª - Observar a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, na prestação dos serviços objeto desse contrato.

Cláusula 30ª - Efetuar o acompanhamento das publicações no Diário da Justiça de Mato Grosso, dos processos em tramitação nesse Estado.

Cláusula 31ª - Elaborar relatório mensal, encaminhando-o ao CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, informando acerca dos atos praticados em cada processo, bem como da situação processual dos demais processos sob sua responsabilidade.

Cláusula 32ª - Não substabelecer os poderes que lhe forem outorgados pelo CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, salvo prévia e expressa autorização.

Cláusula 33ª - Manter escritório na cidade de Cuiabá-MT, sendo recomendável dispor de equipamento fac-símile, e-mail e telefone celular para contato.

Cláusula 34ª - Se entender conveniente, poderá formular sugestões ao CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, para que em novos processos, esta reveja suas peças contestatórias, recursais, etc., inclusive com o levantamento de determinadas teses, levando em consideração os votos e decisões que vêm sendo praticadas nos Tribunais do Brasil.





Cláusula 35ª - O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS ainda se reserva no direito de exigir que qualquer peça processual, elaborado pela(o) CONTRATADA(O), seja previamente submetida à sua apreciação.

## **ENCARGOS DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 20.ª REGIÃO/MT**

Cláusula 36ª - Fornecer, quando solicitados, documentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do objeto desse contrato.

Cláusula 37ª - Efetuar os pagamentos à(ao) CONTRATADA(O), na forma estabelecida neste instrumento.

Cláusula 38ª - Outorgar à(ao) CONTRATADA(O) a devida procuração *ad juditia*, quando necessário, para que possa cumprir o objeto deste contrato.

Cláusula 39ª - Arcar com o pagamento das custas processuais ou ressarcir a(o) CONTRATADA(O) das mesmas, mediante a apresentação de guias de recolhimento.

## **CARÁTER CONFIDENCIAL DO CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS**

Cláusula 40ª - Todos os dados ou detalhes dos serviços que a(o) CONTRATADA(O) venha a conhecer ou obter no decorrer dos trabalhos, não poderão, de forma alguma, ser entregue à publicidade ou conhecimento de terceiros, sem autorização expressa e por escrito do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESSMT.

## **ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Cláusula 41ª - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

## **RESCISÃO DO CONTRATO**

Cláusula 42ª - O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se o disposto no seu artigo 77.

Cláusula 43ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei. 8.666/93 cuja multa corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato;

Cláusula 44ª - Além das já especificadas neste instrumento, sujeita-se a CONTRATADA inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n.º 8.078/90;



Cláusula 45ª - Os valores das multas serão deduzidos dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito e cobradas judicialmente, na forma autorizada pelo § 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93 com demais alterações;

Cláusula 46ª - Se a CONTRATADA discordar das demais penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá esta apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

Cláusula 47ª - Este ajuste poderá ser rescindido também, se a CONTRATADA subcontratar o direito do presente contrato sem a prévia aprovação do CONTRATANTE, bem assim, se a execução dos serviços não atender às especificações contratadas, ou estiver em desacordo com as normas técnicas legal e usualmente adotadas, excetuando-se os trabalhos e decisões que a CONTRATADA não der causa.

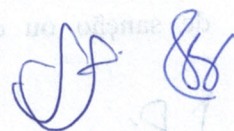
Cláusula 48ª - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, definidos na legislação civil, desde que devidamente comprovados e aceitos pelo CONTRATANTE e, os casos em que a CONTRATADA não der causa, devido à peculiaridade cada etapa do serviço, o atraso na execução dos serviços contratados, implica no pagamento pela CONTRATADA de multa diária no valor de 0,1% (um décimo por cento) do valor contratado, e em consequência isenta o CONTRATANTE do pagamento de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

## **OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS**

Cláusula 49ª - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da(o) CONTRATADA(O).

Cláusula 50ª - Obriga-se a(o) CONTRATADA(O) a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da(o) CONTRATADA(O), fica o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS desde já autorizado a suspender os pagamentos devidos à(ao) CONTRATADA(O), até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

Cláusula 51ª - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a(o) CONTRATADA(O) e o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS.





Cláusula 52ª - A(O) CONTRATADA(O) responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a(o) CONTRATADA(O), empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Cláusula 53ª - Caso haja condenação do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, inclusive como responsável subsidiária, o CONTRATADA(O) reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

Cláusula 54ª – A (O) CONTRATADA(O) obriga-se a manter, durante a execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na correspondente licitação que a originou.

### **TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

Cláusula 55ª – Este Contrato não poderá ser oferecido como objeto de penhor ou transferido de qualquer forma, no seu todo ou em parte.

### **SUBSTABELECIMENTO**

Cláusula 56ª - Fica expressamente vedado o substabelecimento do Instrumento de Mandato outorgado em favor da(o) CONTRATADA(O), salvo quando há formal concordância do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS.

### **SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS POR INTERESSE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 20.ª REGIÃO/MT**

Cláusula 57ª - O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESSMT poderá, a qualquer tempo, suspender a execução dos serviços, ou de parte deles, desde que notifique por escrito a(o) CONTRATADA(O), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula 58ª - Nos casos de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, além das despesas realmente efetuadas e devidamente comprovadas, que, a critério do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, sejam decorrentes da interrupção, serão incluídas na medição intermediária, que ocorrer, os serviços executados até a interrupção, a não ser que a suspensão tenha sido originada por má qualidade dos serviços prestados.

### **NOVAÇÃO**

Cláusula 59ª - A não utilização por parte do CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESSMT, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação de sanção ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do CONSELHO



REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

## **LEIS E REGULAMENTOS**

Cláusula 61ª - A(O) CONTRATADA(O) deverá manter-se plenamente informada(o) e deverá por todo o tempo observar e cumprir a lei.

## **DISPUTAS E AÇÃO LEGAL**

Cláusula 60ª - Quaisquer disputas, controvérsias ou dificuldades de qualquer espécie que surjam entre a(o) CONTRATADA(O) e o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESSMT, resultante de, ou relativas a este Contrato, ou relacionadas de qualquer modo com a prestação de serviços, tanto anterior quanto posteriormente a sua conclusão, quer seja antes ou depois de qualquer dano, abandono, infração ou rescisão do Contrato, e que não possam ser solucionados por acordo mútuo, serão resolvidas judicialmente, cabendo a iniciativa da medida judicial a qualquer uma das partes.

## **LEIS E REGULAMENTOS**

Cláusula 61ª - A(O) CONTRATADA(O) deverá manter-se plenamente informada(o) e deverá por todo o tempo observar e cumprir a lei.

Cláusula 62ª - A(O) CONTRATADA(O) será responsável e indenizará o CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS – 11.ª REGIÃO/PR e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus empregados. A(O) CONTRATADA(O) será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos a prestação dos serviços.

Cláusula 63ª - Aplica-se ao presente instrumento contratual, bem como aos casos omissos, a Lei nº 8.666/93.

## **VALOR E RECURSOS DESTE CONTRATO**

Cláusula 64ª - O valor total deste Contrato é de **R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) anual**, a preços de junho/2018.

## **RESPONSÁVEL TÉCNICO**

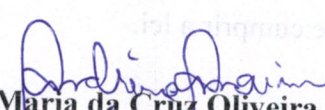
Assume integralmente a responsabilidade técnica pelos serviços o advogado **Max Magno Ferreira Mendes** OAB-MT 8093, o qual será solidariamente responsável por todos os atos praticados por si e pelos demais membros da sociedade contratada.

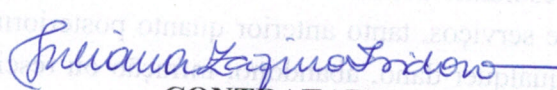
## **FORO**



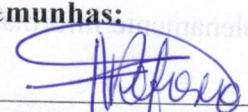
Cláusula 65ª - Fica eleito, para dirimir eventuais controvérsias oriundas desta contratação, o Foro da Comarca de Cuiabá - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

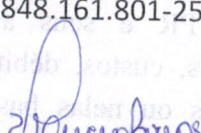
Cuiabá – MT, 09 de agosto 2018.

  
**Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim**  
**Conselho Regional de Serviço Social**  
**CRESS 20ª Região/MT**  
**CONTRATANTE**

  
**Juliana Zafino Isidoro Ferreira Mendes**  
**CONTRATADA**  
**Juliana Zafino Isidoro Ferreira Mendes**  
**OAB-MT 12.794-B**

**Testemunhas:**

  
**Tatiana Lima da Costa Refosco**  
**CPF 848.161.801-25**

  
**Vera Lúcia de Farias**  
**CPF 329.009.531-20**